



Periodicidade: Diário
Classe: Informação Geral
Âmbito: Nacional
Tiragem: 60963

Temática: Sociedade
Dimensão: 2702 cm²
Imagem: S/Cor
Página (s): 1/6/7



IGOR MARTINS / GLOBAL IMAGES

MOTORISTAS QUEREM GREVE SEM SERVIÇOS MÍNIMOS

Camionistas de matérias perigosas deixam de fazer horas extra e param aos fins de semana e feriados a partir do dia 7. Porta-voz do sindicato encabeça lista do PDR nas legislativas **P. 6 e 7**



Nova greve sem garantia de serviços mínimos

Sindicato volta a atacar intransigência dos patrões e pede "que a lei seja cumprida". Governo vai avaliar medidas

Ana Sanlez
ana.sanlez@dinheirovivo.pt

CONFLITO Ameaçaram e vão cumprir. Os motoristas de matérias perigosas anunciaram ontem um pré-aviso de greve às horas extraordinárias, fins de semana e feriados. A paralisação arranca à meia-noite de 7 de setembro e prolonga-se por duas semanas, até às 23.59 horas do dia 22.

A "intransigência" dos patrões foi o argumento usado pelo Sindicato Nacional dos Motoristas de Matérias Perigosas (SNMMP) para justificar a greve. Francisco São Bento, presidente do sindicato, reforçou que a paralisação só será evitada caso a Antram, que representa as empresas de transporte, aceite partir para um pro-

cesso oficial de mediação que inclua à partida duas condições: o pagamento de horas extraordinárias e o aumento de 50 euros do subsídio de operações. "Estamos a pedir que a lei seja cumprida", afirmou o líder do sindicato.

Francisco São Bento mostrou-se disponível para, nas próximas semanas, voltar a sentar-se à mesa com o Governo e a Antram para continuar as negociações.

GOVERNO AVALIA

O presidente do SNMMP descartou ainda a hipótese de virem a ser destacados serviços mínimos para a nova paralisação, "porque os trabalhadores vão desempenhar as suas funções como manda a lei", durante oito horas por dia.

Ainda assim, o sindicato prevê que o protesto tenha consequências. "Queremos provar que as empresas de transporte funcionam com base no trabalho suplementar. Existem trabalhadores com 500 horas extra já feitas este ano, e ainda só estamos em agosto".

Do lado do Governo, a hipótese de tomar medidas ainda está a ser avaliada. "No plano puramente teórico, nada impede que sejam fixados" serviços mínimos, afirmou o ministro do Trabalho à Lusa, "mas depende da avaliação que for feita por parte dos parceiros e dos serviços do ministério", sublinhou Vieira da Silva. Ainda assim, o ministro admitiu que esta greve, incidindo apenas sobre o trabalho suplementar, "é bem

CRISE ENERGÉTICA

Militares, PSP e GNR transportaram milhões de litros

Durante a greve da semana passada, para a qual foi decretado o estado de crise energética, as Forças Armadas e as forças de segurança foram chamadas a intervir. Durante os sete dias que durou a paralisação, os militares dos três ramos das Forças Armadas transportaram mais de cinco milhões de litros de combustível. No total, percorreram mais de 26 mil quilómetros e completaram 161 transportes. A maior parte dos pedidos chegou de Aveiras de Cima. O tempo médio de resposta entre o pedido e o transporte foi de pouco mais de uma hora e meia. Além dos militares, também as forças de segurança ajudaram a cumprir os serviços mínimos decretados pelo Governo. Entre 12 e 20 de agosto, a GNR e a PSP asseguraram 139 transportes de combustível. Estiveram envolvidos na operação 158 elementos. A.S.

PRÓXIMA LUTA

Quando
Os motoristas das matérias perigosas vão voltar a fazer greve a partir do sábado, dia 7, até ao domingo, dia 22 de setembro.

Como
Desta vez, o protesto consistirá em não fazer horas extraordinárias e não trabalhar aos fins de semana nem feriados.

Porquê
Querem duas coisas: o pagamento das horas extraordinárias bem como um aumento de 50 euros no subsídio de operações.

Francisco São Bento, presidente do sindicato dos motoristas, argumenta que apenas estão a pedir o cumprimento da lei



CONTEXTO

distinta da que vivemos na semana passada”.

O pré-aviso de greve deu ontem entrada na Direção-Geral do Emprego, que tem três dias para convocar o sindicato e os patrões. Ouvidas as partes, o ministério irá tomar “as decisões que forem necessárias”.

Ouvido pelo JN/Dinheiro Vivo, o advogado Pedro da Quitéria Faria, especialista em direito do trabalho, considera que, “neste caso, decretar serviços mínimos parece excessivo e seria uma restrição demasiado violenta, e de alguma forma injustificada, ao direito à greve”.

PETROLÍFERAS AGUARDAM

Contactada pelo JN/DV, a Associação Portuguesa de Empresas Petrolíferas (Apetro) diz que ainda é cedo para antecipar o possível impacto que a greve terá nos postos de combustível, até porque este protesto tem contornos diferentes dos anteriores.

António Comprido, líder da Apetro, admite que possa haver perturbações, mas não ruturas totais. “É certo que normalmente há recurso a trabalho extraordinário e ao fim de semana, particularmente aos sábados. Por isso, a ausência de trabalho nesses dias terá algum impacto. Já solicitámos uma avaliação às nossas associadas e oportunamente iremos conversar sobre o tipo de ações a pôr em prática, se é que haverá algumas”. O responsável admite ter a “esperança” de que nos próximos dias “haja acordo e a greve se evite”.

Entre as petrolíferas contactadas pelo JN/DV, só a Repsol admitiu que, face à ameaça de greve, voltará a “procurar reforçar stocks”. A tomada de mais medidas “dependerá do comportamento dos consumidores e das empresas dos serviços de transporte”.

Último protesto

A última greve dos motoristas foi de 12 a 18 de agosto. Os impactos mais graves para a população foram contidos pelo Governo, que decretou serviços mínimos e recorreu à requisição civil.

Novo contrato

O maior sindicato do setor, a Fectrans, e o SIMM, que entretanto abandonou a greve, já iniciaram negociações com a Antram para um novo contrato coletivo.

Mediação

Apesar da mediação do Governo e da abertura da Antram para negociar, o SNMMP mantém a greve.

800

motoristas

O Sindicato Nacional dos Motoristas de Matérias Perigosas conta com cerca de 800 associados.

630

euros

É o valor do salário-base atual dos motoristas, ao qual acrescem prémios suplementares indexados ao salário-base.

40%

Aumento

Os motoristas exigem que o subsídio de operações suba 40% (ou 50 euros) para 175 euros. É um dos motivos da greve.

Pardal Henriques é cabeça de lista a Lisboa pelo PDR

O agora candidato pelo partido de Marinho e Pinto deixa de ser porta-voz do Sindicato dos Motoristas, mas vai manter as ligações ao sindicalismo

Alexandra Figueira
 afigueira@jn.pt

LEGISLATIVAS Depois de semanas de rumores, Pardal Henriques e Marinho e Pinto confirmaram que o até agora porta-voz do Sindicato dos Motoristas de Matérias Perigosas vai encabeçar a lista por Lisboa do Partido Democrático Republicano (PDR), às legislativas. O desenlace concretiza uma sugerida passagem à política partidária de um desconhecido do grande público até quase parar o país, em abril.

Ao assumir ter aceitado o convite de Marinho e Pinto, Pardal Henriques garantiu nunca ter tido “intenção [de] iniciar uma carreira política” e negou ter usado a “causa dos motoristas para [se] autopromover”. Para “não misturar o que poderia ser interpretado como campanha eleitoral” e deixar clara a sua “agenda”, anunciou que deixará de ser porta-voz do sindicato.

E aproveitou para atirar que fica por esclarecer a agenda “do porta-voz da Antram e das suas nomeações pelo PS”. André Matias de Almeida já ocupou dois cargos de nomeação política, durante este Governo.



O advogado garante nunca ter querido “iniciar uma carreira política”

Pardal Henriques não disse, todavia, se deixará a vice-presidência: “Continuarei a representar juridicamente este sindicato”.

MASERATI E MOTORISTAS

Marinho e Pinto, que será cabeça de lista pelo Porto, justificou à Lusa o convite a Pardal Henriques com a sua “imagem de justiça” e combate à fraude, evasão fiscal e corrupção. O sindicalista, disse, é “a imagem e a cara de um combate sindical extremamente importante

por ter fugido ao controlo que os aparelhos partidários têm sobre o sindicalismo”.

Essa imagem é recente. Pardal Henriques era um desconhecido dos portugueses até março, quando o sindicato, criado meses antes, convocou uma greve. Desde logo foi o rosto dos motoristas, apesar de nunca ter exercido a profissão. E ganhou notoriedade por particularidades como o facto de conduzir um Maserati (deixou de o fazer quando, disse, foi barrado

numa autoestrada, onde seguia com os filhos).

Os poucos dados conhecidos sobre o seu percurso profissional dizem que se tornou advogado há dois anos, estando sob escrutínio do Conselho de Deontologia da Ordem. Está também a ser investigado pelo Ministério Público, após uma denúncia por burla.

São suspeitas desvalorizadas por Marinho e Pinto: só surgiram quando Pardal Henriques “ganhou protagonismo”, disse. ●

PSD, PCP e Bloco em silêncio sobre paralisação e Costa

CDS desafia Governo a “mediar com sucesso” e PAN quer fiscalização a denúncias de motoristas

REAÇÕES Silêncio. A globalidade dos partidos da oposição com assento parlamentar não reagiu ao anúncio de uma nova greve por parte do Sindicato Nacional dos Motoristas de Matérias Perigosas, nem ao falhanço

da mediação pelo Governo. Só o CDS e o PAN se pronunciaram.

“Apelo às partes para que, em diálogo, possam resolver o diferendo. E ao Governo para que faça o que se autopropôs: mediar com su-

cesso” o diferendo entre motoristas e empresas, disse o líder parlamentar do CDS. Nuno Magalhães não responsabiliza o Executivo pelo falhanço das conversações e apelou à desconvocação da greve: “Os portugueses e a economia nacional já sofreram o suficiente”.

O PAN salientou a dificuldade de harmonizar “o direito constitucional à greve” com a “salvaguarda das necessidades básicas da sociedade, com a definição de serviços mínimos”, disse Inês Sousa Real, membro da comissão política nacional. Mas acusou o Governo de

não agir em função das denúncias de irregularidades feitas pelos motoristas: “As reivindicações são justas e o Governo não pode deixar de fiscalizar a acusação de que as empresas não fazem os devidos descontos para a Segurança Social, com impacto na pensão de reforma e na prestação em caso de doença”.

O JN tentou contactar o PSD e o Bloco de Esquerda, mas sem sucesso. Da parte dos comunistas, fonte oficial respondeu que “o PCP não vai fazer nenhum comentário”. ●

ALEXANDRA FIGUEIRA